

VIRUS

29

O DIGITAL
E
O SUL:
TENSIONAMENTOS
VOL. 2

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH
REVISTA . JOURNAL
ISSN 2175-974X
CC-BY-NC-SA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
NOMADS.USP
REVISTAS.USP.BR/VIRUS
DEZEMBRO 2024

NOMADS
USP

IUA^{USP}
USP

WI29

O DIGITAL E O SUL: TENSIONAMENTOS VOL. 2
THE DIGITAL AND THE SOUTH: QUESTIONINGS VOL. 2
LO DIGITAL Y EL SUR: CUESTIONAMIENTOS VOL. 2

EDITORIAL

- 001 O DIGITAL E O SUL: TENSIONAMENTOS VOL. 2
THE DIGITAL AND THE SOUTH: QUESTIONINGS VOL. 2
LO DIGITAL Y EL SUR: CUESTIONAMIENTOS VOL. 2
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, CAIO NUNES, ISABELLA CAVALCANTI, RENAN TEIXEIRA, ALINE LOPES

ENTREVISTA

- 004 O TECNOCENO E O RESTABELECIMENTO DE UM HORIZONTE DE URGÊNCIA
THE TECHNOCENE AND THE REESTABLISHMENT OF A HORIZON OF URGENCY
EL TECNOCENO Y EL RESTABLECIMIENTO DE UN HORIZONTE DE URGENCIA
HENRIQUE PARRA, PEDRO TEIXEIRA, MARIO VALLEJO

ÁGORA

- 015 DA DISFORIA COMO POTÊNCIA DAS CONTRADIÇÕES: UMA APOSTA DE PAUL B. PRECIADO
DYSPHORIA AS THE POTENCY OF CONTRADICTIONS: A BET BY PAUL B. PRECIADO
MARCOS BECCARI
- 024 ESTRUTURAS DIGITAIS / ESTRUTURAS URBANAS MODERNAS
DIGITAL FRAMEWORKS / MODERN URBAN FRAMES
CARLOS FEFERMAN
- 034 SUL GLOBAL À DERIVA: REGULAÇÃO DIGITAL NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL
GLOBAL SOUTH ADRIFT: DIGITAL REGULATION IN THE EUROPEAN UNION AND BRAZIL
MAGNO MEDEIROS
- 044 ATIVISMO DIGITAL E (DES)REGULAÇÃO DE PLATAFORMAS NO CONTEXTO ELEITORAL
DIGITAL ACTIVISM AND PLATFORM (DE)REGULATION IN ELECTORAL CONTEXT
ARNALDO DE SANTANA SILVA, MILENA CRAMAR LÔNDERO, VITÓRIA SANTOS

- 054 COSMOPLATAFORMIZAÇÃO: PLATAFORMAS DIGITAIS A PARTIR DO SUL GLOBAL
COSMOPLATFORMIZATION: DIGITAL PLATFORMS FROM THE GLOBAL SOUTH
ELI BORGES JUNIOR, EVANDRO LAIA, BRUNO MADUREIRA
- 063 BOTS SOCIAIS: UMA CONTROVÉRSIA SOCIOTÉCNICA
SOCIAL ROBOTS: A SOCIO-TECHNICAL CONTROVERSY
RAMON FERNANDES LOURENÇO
- 072 TERRA, LIBERDADE E DIVERSIDADE: METÁFORAS PARA O MUNDO DIGITAL?
LAND, FREEDOM, AND DIVERSITY: METAPHORS TO THE DIGITAL WORLD?
LUCCA AMARAL TORI
- 082 ENTRE JANELAS FÍSICAS E VIRTUAIS: ABERTURAS DO MORAR NA PANDEMIA
BETWEEN PHYSICAL AND VIRTUAL WINDOWS: OPENINGS OF LIVING IN THE PANDEMIC
PAULA LEMOS VILAÇA FARIA

PROJETO

- 091 CONJUNTO ECOLÓGICO
ECOLOGICAL ENSEMBLE
ANA CECILIA PARRODI ANAYA

COSMOPLATAFORMIZAÇÃO: PLATAFORMAS DIGITAIS A PARTIR DO SUL GLOBAL

COSMOPLATFORMIZATION: DIGITAL PLATFORMS FROM THE GLOBAL SOUTH

ELI BORGES JUNIOR, EVANDRO LAIA, BRUNO MADUREIRA

Eli Borges Junior é Bacharel em Comunicação Social e em Filosofia, Mestre e Doutor em Comunicação. É Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora e pesquisador do Centro Internacional de Pesquisa Atopos (ECA-USP). Sua pesquisa envolve filosofia da técnica, algoritmos e plataformação, com trabalhos dedicados à crítica da matriz epistêmica europeia e à cidadania digital. ridolfi.eli@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4808077090461020>

Evandro José Medeiros Laia é Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Mestre em Comunicação e Sociedade e Doutor em Comunicação e Cultura. É Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, membro do grupo Emergências (UFOP/CNPq) e pesquisador do Centro Internacional de Pesquisa Atopos (ECA-USP). Pesquisa mídias digitais e cosmologias originárias. evandro.medeiros@ufop.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/5801243635002643>

Bruno Madureira Ferreira é Bacharel em Design, Mestre em Ciências da Comunicação e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. É membro do Centro Internacional de Pesquisa Atopos (ECA/USP), onde desenvolve trabalhos ligados a cidadania digital e design. brunomf@alumni.usp.br

<http://lattes.cnpq.br/4326822090783006>

Resumo

Este artigo propõe-se a tensionar o conceito de plataformização, a partir de dinâmicas próprias do Sul Global, considerando distintas possibilidades de compreensão da técnica em contextos culturais diversos, diferentes cosmotécnicas ou tecnologias ancestrais, frutos de saberes territorializados que formam redes de redes na interação com as plataformas digitais. Tal processo ensejado por plataformas digitais envolveria uma complexidade de dinâmicas como a infraestrutura de dados, os mercados e a governança. Como forma de problematizar e expandir o conceito e metodologicamente apoiados em uma revisão narrativa de literatura, apresentamos exemplos de práticas de povos tradicionais, a fim de refletir sobre um fazer simpoiético que inspire outros modos de conceber a plataformização. Este empreendimento gerou a proposta do que chamamos de cosmoplataformização, da qual pretendemos derivar pesquisas futuras. Evocando o tema "O digital e o Sul: Tensionamentos", o texto aborda apropriações tecnológicas não previstas que resultam em ações tecnopolíticas e precipitam um exercício de pensar a experiência digital e sua teorização.

Palavras-chave: Plataformas Digitais, Cosmotécnica, Técnica, Sul Global, Plataformização

1 Introdução

As plataformas digitais têm ocupado, sobretudo na última década, lugar de grande relevância nos debates relacionados às tecnologias digitais, tanto no âmbito especializado da ciência, quanto na sociedade civil. A influência dessas arquiteturas informativas, em diferentes setores e nas mais variadas tarefas cotidianas, tem levado a uma plethora de estudos dedicados a analisar o impacto e a radicalidade de suas ações sobre as expressões políticas, os arranjos econômicos, as formas de sociabilidade e as dinâmicas de sobrevivência e transformação das culturas. É no âmbito dessas discussões que se destaca, hoje, a noção de plataformização, processo decorrente do conjunto de alterações promovidas pelas plataformas digitais. Sem uma definição clara e compreensiva, a conceitualização objetiva das plataformas digitais – bem como a caracterização de seu processo – está, frequentemente, condicionada ao campo no qual essas arquiteturas são estudadas e, não raras vezes, as abordagens restringem-se a seus aspectos sociotécnicos, mercadológicos e econômicos (de Reuver et al., 2018; Hein et al., 2020; Bonina et al., 2021). Poell, Nieborg e van Dijck (2020) retomam e explicitam essas conceitualizações a fim de contextualizar o processo de plataformização que pretendem caracterizar. Segundo estes pesquisadores, podemos recorrer a quatro eixos disciplinares para compreender as plataformas digitais.

O primeiro é o eixo dos chamados Estudos de *Software*, que se debruçam sobre o aspecto técnico e infraestrutural das plataformas, entendidas como estruturas tecnológicas (Helmond, 2015) que oferecem suporte à existência de outros atores, não necessariamente relacionados àquilo que efetivamente fazem. Desta forma, ao oferecerem uma base tecnológica mínima, as operadoras de plataformas viabilizam outros negócios (Plantin et al., 2018). O segundo eixo descreve as plataformas digitais a partir da perspectiva econômica, apresentando-as como um novo modelo de negócios capaz de operar mercados multilaterais (McIntyre & Srinivasan, 2017), potencializando as formas de atuação empresarial na medida em que possibilitam a interação, simultânea, com públicos diferentes em frentes diversas. No terceiro eixo, da Economia Política Crítica, as plataformas digitais são relacionadas a recentes mudanças nas conformações do poder, práticas de vigilância e modelos de governança baseados em dados. Destacam-se, nesse grupo, obras e autores que buscam compreender as consequências das transformações tecnológicas sobre os significados do trabalho (Fuchs, 2017) e as formas de acumulação de capital (Haucap & Heimeshoff, 2014; Srnicek, 2017), relacionando-as, por exemplo, ao advento de novas modalidades de imperialismo (Jin, 2013).

Como ressaltam Poell, Nieborg e van Dijck (2020), os eixos mencionados articulam suas definições e análises sobre plataformas e plataformização "principalmente em termos institucionais", relacionando-as a "infraestruturas de dados, mercados e formas de governança" (Poell et al., 2020, p. 5). Os autores sinalizam para a escassez de análises preocupadas em refletir sobre como as plataformas digitais transformam as práticas culturais e como estas poderiam transformar as "plataformas como construções sociotécnicas específicas" (Poell et al., 2020, p. 5). Essas análises seriam encontradas em um quarto eixo de investigação, aquele dos Estudos Culturais – nem sempre valendo-se da denominação plataformas digitais –, que apresentariam perspectivas importantes no sentido de descrever, pelo prisma de teorias do campo da cultura, transformações fundamentais precipitadas por essas tecnologias. Isso nos ofereceria uma literatura bastante

extensa (Burgess et al., 2017; Baym, 2015; Duffy, 2016), com pesquisas que abordam desde temas sobre subjetividade, gênero e sexualidade até as relações de trabalho. Considerando esses quatro eixos de compreensão sobre o significado de plataformas digitais, e após revisitarem outras definições apresentadas em trabalhos anteriores (Rochet & Tirole, 2003; Langlois et al., 2009; Gillespie, 2017), Poell, Nieborg e van Dijck (2020) apresentam a sua própria: “[...] definimos plataformas como infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados (p. 4)”.

E uma subsequente definição de seu processo:

Seguindo pesquisas em estudos de *software*, na área de negócios e na economia política, compreendemos plataforma como a *penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida*. E, a partir da tradição dos estudos culturais, concebemos esse processo como a *reorganização de práticas e imaginações culturais em torno de plataformas* (p. 5, grifos nossos).

Não obstante o importante papel operativo das definições apresentadas, reconhecemos nelas, também, uma pronunciada dimensão instrumental, anunciada pela própria ideia de infraestrutura. Essa instrumentalidade, entendemos, decorre de uma noção de técnica igualmente instrumental e universal (Hui, 2020), subjacente às definições de plataforma digital que, em última instância, poderia precipitar distintos efeitos, como uma espécie de recurso ou ferramenta que, apesar da diversidade de contextos culturais, funcionaria, no limite, de modo universal.

Desta forma, partindo da reflexão proposta por Yuk Hui (2020) sobre cosmotécnicas, este artigo ambiciona introduzir um percurso reflexivo sobre as plataformas digitais e o processo de plataforma, de modo a permitir o esboço de uma definição ampliada e mais sintonizada com a proposta da tecnodiversidade. Para tanto, contrapomos, a essas definições e à noção de técnica a elas subjacentes – que Ingold (2012) denominaria modelo hilemórfico – a elaboração de um modelo cuja primazia sejam as conexões e relações estabelecidas, em detrimento da sua constituição objetiva. Propomos pensar as plataformas digitais para além de instrumentos ou ferramentas universais, orientadas a partir de ações humanas e a certos objetivos predeterminados, mas a partir das relações estabelecidas com experiências locais e em conexão com outras cosmotécnicas, em um processo complexo que tensiona os limites das definições correntes, oriundas, majoritariamente, do Norte Global.

2 Cosmotécnica e a crítica à técnica moderna

As experiências que apresentaremos ao longo deste artigo desafiam-nos a pensar a constituição das plataformas e a plataforma como processo complexo e plural, sujeito às idiosincrasias emergentes da interação com diferentes cosmotécnicas, ou, como denominaremos adiante, tecnologias ancestrais, frutos de saberes territorializados que formam redes de redes em decorrência dessa interação. Estariam em jogo, nesse sentido, distintas apropriações das plataformas digitais por diferentes imaginários e repertórios simbólicos do Sul Global. Por sua vez, os modos pelos quais opera o processo de plataforma dependem, em última instância, da compreensão que determinado povo ou comunidade cultural detém sobre a ideia de técnica ou, para tentarmos contornar os limites da tradução, o modo particular como cada comunidade elabora sua dimensão produtiva e a articulação material e simbólica. Essa premissa implica pensar não só a técnica, mas também os conceitos de plataformas digitais e plataforma, para além da perspectiva de meio ou instrumento, mas como algo que se coaduna com as dimensões cósmica e moral. É nesse sentido, pois, que propomos aqui o termo cosmoplataformização.

Essa proposta teórica tem inspiração na obra do filósofo chinês Yuk Hui e seu conceito de cosmotécnica, descrito como uma "unificação entre a ordem cósmica e a ordem moral por meio de atividades técnicas" (Hui, 2016, p. 19, tradução nossa). Hui parte de uma problematização do conceito de técnica no Ocidente, a qual, segundo ele, fundamenta-se em uma perspectiva universalizante, como se seus modos de significação e funcionamento fossem os mesmos em distintos contextos culturais. Em *The Question Concerning Technology in China*, Hui (2016) sugere que a discussão acerca das atividades técnicas, bem como sobre seus aparatos e processos, busque uma ampliação de perspectivas, de modo a considerar como esses elementos se entrelaçam à complexidade das próprias culturas em questão: daí a proposta de pensar a sua integração às dimensões cósmica e moral. Isso abriria possibilidades de conceber modos plurais de existência da técnica, uma tecnodiversidade (Hui, 2020), pois cada universo cultural se relacionaria com a técnica de modo distinto. Nesse sentido, "todas as culturas não europeias deveriam sistematizar as próprias cosmotécnicas e as histórias dessas cosmotécnicas" (Hui,

2020, p. 42). Buscando também superar a antinomia kantiana com relação à universalidade antropológica da técnica, Hui sumariza sua orientação a partir da seguinte afirmação: “A técnica não é antropológicamente universal; as tecnologias em diferentes culturas são afetadas pela compreensão cosmológica dessas culturas e têm autonomia apenas dentro de um determinado cenário cosmológico – a técnica é sempre cosmotécnica (Hui, 2016, p. 19, tradução nossa)”.

Hui (2016) busca retomar a discussão sobre a separação moderna entre técnica e natureza, reafirmando a organicidade entre ambas. Nesse sentido, como chave de compreensão do conceito de cosmotécnica, recorre à filosofia da técnica de Gilbert Simondon (2012), notável ao retomar o princípio de figura e fundo da *Gestalt* a fim de descrever a relação inseparável entre ser humano e mundo exterior. Outro autor importante que se aproxima dessa articulação seria Tim Ingold (2011) e sua ideia de ecologia senciente, compreendida como uma ecologia “mediada e operada de acordo com as relações afetivas entre os seres humanos e seus ambientes” (Hui, 2016, p. 25). A noção de cosmotécnica permite-nos, assim, uma importante ponderação sobre os modos pelos quais as plataformas digitais podem se entrecruzar a culturas específicas, a seus modos de operação verbo-sonoro-visuais e universos simbólicos, dando margem a várias possibilidades de plataformização ou várias plataformizações possíveis.

Abre-se, então, caminho à existência de “diferentes tecnicidades” (Hui, 2016, p. 18) ou “futuros tecnológicos sob a concepção de cosmotécnicas diferentes” (Hui, 2020, p. 39). No percurso a favor da pluralidade de cosmotécnicas, não se trata de negar a tecnologia e a tradição, mas de “desfazer e refazer as categorias que aceitamos amplamente como técnica e tecnologia” (Hui, 2016, p. 281). Em linha com esse esforço de problematização do restrito conceito de técnica com que operamos (Hui, 2020), Ingold (2012) relaciona as quatro causas aristotélicas (material, formal, final e eficiente) a um entendimento objetivo-instrumental que constituiu nossa relação produtiva – *poiética* – com o mundo. Segundo o autor, esse modelo criativo, a que ele dá o nome de hilemórfico, arraigou-se no pensamento ocidental e criou um desequilíbrio: um modelo produtivo demasiado antropocêntrico, objetivo e teleológico, aplicado a um mundo sem vitalidade, ocupado e apropriado pelo homem como sua matéria-prima inesgotável. Nesse sentido, Ingold propõe uma “ontologia que dê primazia aos processos de formação ao invés do produto final, e aos fluxos e transformações dos materiais ao invés dos estados da matéria” (Ingold, 2012, p. 26).

Para o antropólogo, o mundo é constituído por coisas e não objetos. Retomando Heidegger, ele esclarece que o objeto se coloca “diante de nós como um fato consumado, oferecendo para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas” (Ingold, 2012, p. 29). A coisa, por sua vez, é constituída por um “agregado de fios vitais”, ela “é um ‘acontecer’, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam” (Ingold, 2012, p. 29). Ele sugere, então, uma cocriação da coisa entendida como um “parlamento de fios”: “nós participamos [...] do processo de coisificação da coisa em um mundo que mundifica (Ingold, 2012, p. 29).

[...] a coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, as coisas *vazam*, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas (Ingold, 2012, p. 29, grifo do autor).

O autor ilustra essa afirmação com o exemplo de uma árvore, cujo caráter de árvore não pode ser dissociado das reações às correntes de vento, das trocas nutritivas com o solo ou com os animais e microrganismos que nela habitam. Outro exemplo é aquele de um prédio real, cujas fundações estão fincadas no solo, fustigado pelo clima e suscetível à visita de pássaros, roedores, fungos, para além dos visitantes humanos. Portanto, nós podemos criar toda sorte de artefatos – materiais ou imateriais – nos ambientes controlados de nossos laboratórios, fábricas, estúdios de design etc., mas, uma vez lançados no mundo, esses objetos se coisificam, juntam-se ao fluxo de um mundo em movimento, que lhes confere vida própria: podem, assim, assumir possibilidades outras de aplicação e mesmo outros significados, dentro do imaginário social em que estão abrigados. Essa incursão nos possibilita pensar a cosmotécnica como cosmopolítica e, por consequência, compreender os desdobramentos contraditórios e conflitantes perpetrados pelas plataformas digitais e o processo de plataformização, em diferentes contextos e pela chave da tecnodiversidade.

3 O fazer com do Sul Global

Antes de continuarmos, é necessário esclarecer duas questões importantes, como espécie de antessala daquilo que propomos como exercício de cosmotécnica: pensar outro(s) conceito(s) de plataformização. A primeira é a própria noção de Sul Global, que começou a tomar forma na década de 1990, especialmente nos escritos de Boaventura de Sousa Santos (2018). No texto seminal *Pensando desde o*

Sul e com o Sul, o pesquisador afirmou que a expressão tratava das "regiões periféricas e semi-periféricas e aos países do sistema mundo moderno, que foram denominados de Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial" (Sousa Santos, 2018, p. 650). Maria Paula Meneses, em uma apresentação deste mesmo texto, afirma que este pensamento se caracteriza como o momento do retorno dos humilhados e subalternizados. "E este retorno não é só epistêmico, é também ontológico. Teorizar política e epistemicamente a heterogeneidade que compõe o Sul Global está na base das Epistemologias do Sul" (Sousa Santos, 2018, p. 27).

A perspectiva fundante do conceito de Sul Global aponta para a importância de um retorno dos "subalternizados" (Sousa Santos, 2018, p. 27) para além da epistemologia. Neste sentido, o giro de pensamento seria mais radical, tensionando, ao menos a princípio, o deslocamento epistêmico, ou seja, o modo como se compreende o mundo e se produz conhecimento, para um deslocamento ontológico. Isso significaria levar "absolutamente a sério o que dizem [...] os índios e todos os demais povos 'menores' do planeta, as minorias extranacionais que ainda resistem à total dissolução pelo liquidificador modernizante do Ocidente", como nos exortou Eduardo Viveiros de Castro no prefácio da obra *A queda do céu* (Kopenawa e Albert, 2015, p. 15), um relato sobre os modos de vida Yanomami, a partir do xamã Davi Kopenawa. É este, a propósito, exatamente o caminho que Yuk Hui vislumbra para os desdobramentos de seu conceito de cosmotécnica.

Com meu conhecimento limitado sobre a América Latina, minha esperança é que este trabalho desperte uma curiosidade que leve a perguntas como: o que significa uma cosmotécnica amazônica, inca, maia? [...] Para isso, precisamos rearticular a questão da tecnologia e contestar os pressupostos ontológicos e epistemológicos das tecnologias modernas, sejam elas as redes sociais ou a inteligência artificial (Hui, 2020, p. 13).

É neste sentido que acionamos a ideia de Sul Global neste texto, como ponto de partida para, a partir do giro ontológico, que retoma o lugar da natureza na produção de conhecimento, adicionar a técnica a esta equação.

A segunda questão diz respeito aos movimentos sociais em rede, cuja experiência, no Brasil, foi marcada pelas manifestações de junho de 2013. O evento, que tomou as ruas brasileiras, faz parte de uma onda de indignação e esperança (Castells, 2015) que começou, em meados de 2009, com os protestos da Primavera Árabe, passando pela Europa e Estados Unidos, antes de chegar ao Brasil. Tais experiências ajudaram a moldar um uso ativista das tecnologias digitais disponíveis para a tomada coletiva da palavra, como explicita Di Felice (2017) na caracterização do movimento denominado net-ativista. Para o autor, o net-ativismo configura-se como interações reticulares complexas que permitem a experimentação de ações colaborativas resultantes da troca de informações entre humanos, dispositivos de conexão e dados. Esta abordagem já adianta a proposta de um fazer simpoiético – algo que é feito junto, como um *fazer com* –, que admite a coexistência de mundos possíveis no planeta. Esta nos parece ser a chave para entendermos as plataformas digitais a partir de cosmotécnicas do Sul Global.

Donna Haraway (2016) sugere o termo simpoiése para se referir a sistemas de produção coletiva que não têm limites espaciais ou temporais autodefinidos, nos quais as informações e o controle são distribuídos entre os componentes: "a poiesis é sinctônica, simpoiética, sempre em parceria até o fim, sem 'unidades' iniciais e subsequentemente interativas" (Haraway, 2016, p. 33, tradução nossa). A partir da experiência pregressa do net-ativismo, entendemos as experiências do Sul Global como inspiração para pensar o *fazer com* que emerge de uma constelação de usos e apropriações dos povos das bordas do planeta e, em última instância, tensionar e ampliar a compreensão dos conceitos de plataformas digitais e plataformização.

4 Tecnologias ancestrais e redes de redes

Ao relatar a experiência do projeto Territórios Livres, Tecnologias Livres¹, do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação, a pesquisadora Tâmara Terso (2023) alerta para a importância de se pensar sobre as experiências de ativismo digital para além dos importantes exemplos no cenário do Norte Global. A autora nos lembra que "existiram outros modos de fazer ativismo digital bastante interessantes que dialogam muito com a nossa realidade local, com a nossa realidade de povo brasileiro e com a realidade dos territórios tradicionais dos povos negros e indígenas" (Terso, 2023, p. 64). No mapeamento sobre Internet, tecnologias da informação, comunicação e justiça socioambiental, realizado em comunidades quilombolas e rurais da Região Nordeste, chamou a atenção dos pesquisadores a dificuldade de acesso à

¹ Disponível em: <https://territorioslivres.intervezes.org.br/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

Internet – 28% dos participantes não tinham acesso algum – e o fato de que, destes que tinham acesso, 71% o faziam apenas pelo telefone celular.

Porém, esta interdição ao acesso pleno à Internet, com sinal de qualidade e dispositivos adequados, acontece especialmente em comunidades remotas, marcadas pelo que Di Felice (2019) chamou de conexão de todas as coisas, em referência ao modo de habitar indígena, complexo e conectivo por excelência. É a ambiência conectiva das cosmologias originárias que, parece-nos, contribui para um importante ponto observado pelos pesquisadores do Intervezes: o que as pessoas entrevistadas entendiam por tecnologias. O grupo percebeu que o digital se mistura com outras tecnologias presentes historicamente no território, como o manejo do solo, o cuidado por meio da medicina tradicional, o compartilhamento das experiências vividas em rodas, as místicas, os tambores de crioula, as rodas de coco: "todas essas tecnologias são denominadas, são tipificadas por mãe Beth de Oxum² [...] como tecnologias ancestrais" (Terso, 2023, p. 80). Esta noção de tecnologias ancestrais está em paralelismo com o que entendemos como tecnologias digitais, na chave proposta por Hui (2016): a tecnologia como *poiesis*, que cria mundos ou possibilidades de mundos a partir daquilo que permite revelar ou trazer à tona, das relações que nos permite conhecer e estabelecer com o mundo e as próprias coisas.

Este é um sentido muito evidente em algumas experiências como a da TV Quilombo³, um grupo de produção multiplataforma, criado em 2017 por jovens do Quilombo Rampa, no interior do Maranhão. Chama a atenção o modo como eles inventaram equipamentos como câmera de papelão, microfone de graveto, bambu-drone e tripé de bambu, produzidos com materiais encontrados na própria comunidade. É interessante perceber como Raimundo José, um dos criadores do projeto, usa as mesmas palavras da Mãe Beth de Oxum para definir as estratégias de produção de comunicação.

Criamos o tripé de bambu, que é uma planta nativa aqui da comunidade, que acha facilmente na mata. A gente não tinha microfone e a gente fazia o microfone de graveto. Então, qualquer pedaço de graveto, de pau, se tornava um microfone para gente. E aí a gente ia só inovando a partir do que a gente chama de "tecnologia ancestral", que é a tecnologia que existe desde sempre na comunidade (José & Guimarães, 2023, p. 229).

Vislumbramos, aqui, um saber-fazer simpoiético, próprio de um *fazer com* o território – *com* os conhecimentos que se tem dele e as relações estabelecidas com ele. A experiência da TV Quilombo insere-se no que Tâmara Terso chamou de redes de redes: "redes territoriais que se ampliam através das redes digitais" (2023, p. 85). Um outro exemplo de formação de redes de redes é a Rede Wayuri de comunicadores indígenas, que se formou em 2017 e tem uma sede física na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. A rede é composta por membros de vinte e três etnias do Alto Rio Negro (Ferraz & Melo, 2024). A produção de boletins em áudio, em diversos idiomas locais, como baniwa, iantu, tukano e yanomami, ocupa um papel central na rotina produtiva desse coletivo. Alguns comunicadores da Rede Wayuri têm acesso à Internet em suas próprias comunidades, enquanto outros precisam se deslocar pelo Rio Negro e seus afluentes para encontrar sinal em outra comunidade.

Neste contexto, são fundamentais as redes territoriais, tecidas a partir de outras tecnologias: barco e rio. "Em situações assim, eles utilizam suas canoas e rabetas para ir até comunidades vizinhas, levando as informações através da comunicação oral, caso outros meios não estejam disponíveis" (Ferraz & Melo, 2024, p. 196-197). Assim, o grupo articula redes de redes, integrando a produção digital: 1) ao sistema analógico de rádio *broadcast*, via transmissão por antenas em três municípios; 2) à transmissão por *streaming* em plataformas digitais, como o Spotify; 3) aos territórios remotos, onde não há transmissão de rádio ou acesso à Internet, por meio de *pen-drives* levados em barcos e tocados em rádio-árvores, ou por meio de conteúdos baixados em tocadores e outros dispositivos que se apropriam das plataformas digitais de um modo não previsto.

Tarcízio Silva (2024) também oferece relevante contribuição para aprofundarmos a reflexão sobre plataformas e plataformação. A partir do seu trabalho de investigação do que denominou racismo algorítmico – a tentativa de perpetuação de uma tecnologia social de segregação que remonta ao tráfico transatlântico no período colonial brasileiro –, o pesquisador defende que "o registro ou o apagamento de invenções e tecnologias é um processo sociopolítico e histórico empregado para privilegiar as concepções eurocêntricas do progresso científico durante séculos" (Silva, 2024, p. 143, tradução nossa). Este argumento, embora não cite Hui diretamente, parece aproximar-se de uma

² Mãe Beth de Oxum é uma ialorixá, percussionista, ativista e comunicadora pernambucana, que realiza seu coco de umbigada há 25 anos, pioneira no trabalho de mulheres nos maracatus e afoxés.

³ Disponível em: <https://www.tvquilombo.com.br/>. Acesso em 20 jul. 2024.

compreensão da tecnodiversidade, além de oferecer subsídios para entendermos os processos pelos quais a universalidade da técnica é estabelecida. Silva avança um tanto mais, afirmando que esse apagamento da tecnodiversidade é ainda mais hostil para as populações afrodiáspóricas em ambientes moldados pela supremacia branca, em países como o Brasil. Tal opressão gerou o que Rayvon Fouché chama de "criatividade tecnológica vernacular negra" (2006, como citado em Silva, 2024, p. 143, tradução nossa), ou a maneira como os inventores afro-americanos adaptaram, reinventaram ou criaram tecnologias para suas realidades específicas, apesar de serem constantemente subestimados ou terem suas autorias apagadas.

Reconhecemos indícios deste modo de resistência cosmotécnica nos exemplos apresentados acima e naqueles apontados por Silva, a partir de sua própria pesquisa. Um deles é o PretaLab⁴, plataforma digital criada em 2017, que conecta mulheres negras que trabalham ou pretendem trabalhar com tecnologia digital, oferecendo ciclos formativos, organizando redes de profissionais, conectando pessoas no mercado de trabalho e promovendo ciclos de estudos. O próprio modo de organização do laboratório nos parece alinhado com a tecnodiversidade: agregando tecnologias digitais e analógicas, com conhecimentos específicos sobre programação, construção de arquiteturas informativas e um saber-fazer de resistência e resiliência, forjado a partir do modelo dos quilombos (Souto, 2021). Uma cosmoplataforma, construída pela e para a comunidade negra, com o objetivo de criar possibilidades de existência coletiva alternativa às condições estruturais legadas pelo processo de escravização. É a partir desse esforço conjunto, da reunião de vários acontecimentos – sociais, econômicos, históricos, políticos e tecnológicos – e, portanto, de forma simpoiética (Haraway, 2016), que emergem soluções e iniciativas como o PretaLab. O seu formato, assim como os demais exemplos citados, sugere uma noção expandida de tecnologia, enquanto saber-fazer integrado a uma cosmologia, a uma territorialidade e a um modo de existência do qual não se separa, nos moldes propostos por Yuk Hui (2020) com o conceito de cosmotécnica, culminando nesta arquitetura de redes de redes.

5 Considerações finais

As experiências elencadas neste texto, bastante assimétricas entre si e, mais ainda, em comparação com as experiências do Norte Global, parecem engendrar uma ideia localizada de plataforma, ligada ao território e sua historicidade. Convergente em alguns pontos, mas divergente e original em outros, essa perspectiva sinaliza os limites conceituais das definições vigentes e da compreensão do processo de plataformização experimentado nos últimos anos. Apostamos na ideia de que esta pequena amostra se constitui como um convite para avançarmos em um *fazer com*, a partir das tecnologias ancestrais e das redes de redes, rumo a um conceito ampliado de plataformas a partir do Sul Global.

As plataformas digitais, criadas em seus invólucros tecnicistas, também estão sujeitas aos fluxos do mundo: suas arquiteturas informativas globalizantes são determinadas localmente; seus *data centers* ocupam territórios definidos; as matérias-primas usadas para a fabricação de *hardware* – de *microchips* a telas de retina e baterias de lítio – são extraídas dos solos de países situados no Sul Global; os protocolos que, hoje, permitem as conexões e desconexões entre os diferentes artefatos tecnológicos são determinados por disputas políticas e econômicas também localizadas; e suas arquiteturas são habitadas por entidades diversas, com epistemologias afins e dissonantes ao modelo hilermórfico. Portanto, uma definição compreensiva de plataformas digitais e do processo de plataformização deve levar em consideração uma abertura não instrumental e objetificante, mas enquanto coisa, no sentido atribuído por Ingold, em respeito aos fluxos que atravessam essas arquiteturas, sua ecologia, ou melhor, o ecossistema que as constitui e que por elas é constituído.

O objetivo principal desta trajetória foi tensionar o sentido único da ideia de plataforma e de plataformização, como um primeiro passo para pensá-las no plural, de modo original, em relação à ideia uníssona de tecnologia perpetrada a partir das experiências do Norte Global e do colonialismo do saber perpetrado pelas gigantes da Internet. Para tanto, sem ainda oferecer uma conceituação definitiva, propomos pensar as plataformas enquanto espaços de articulação conectiva, de formação arquitetônica e ecológica híbridas, constituídas e habitadas por uma miríade de entidades que, simpoieticamente, compõem um comum, uma comunidade, segundo uma cosmologia própria. Igualmente, o processo de plataformização, nesse sentido, mais do que a simples disseminação das formas de organização social engendradas pela lógica de coleta, processamento, monetização e circulação de dados das plataformas digitais, deve ser compreendido enquanto o

⁴ Disponível em: <https://www.pretalab.com/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

movimento de coisificação das plataformas: enquanto o processo de formação dessas arquiteturas, a partir do contato com outras cosmologias, cosmotécnicas e os demais atravessamentos que constituem as redes de redes.

Em última instância, propomos a cosmoplataformização como um nome em torno do qual se aglutinam relatos e experimentos relacionados a outro(s) modo(s) de pensar e de produzir pesquisas sobre este tema e publicações, nos mais diversos campos de produção do conhecimento. O desenvolvimento de um conceito de cosmoplataformização poderá ser de grande importância para diversos campos de produção do conhecimento, especialmente a partir do modo como Yuk Hui aponta a potência da tecnologia para a constituição de novos mundos. Por isso, esta é uma mirada introdutória, no espaço exíguo de um artigo científico, sobre uma proposta que se configura como um programa de pesquisa a ser trabalhado em reflexões e escritos futuros.

Referências

- Baym, N. K. (2015). Connect with your audience! The relational labor of connection. *The communication review*, 18(1), 14–22. DOI: <https://doi.org/10.1080/10714421.2015.996401>
- Bonina, C., Koskinen, K., Eaton, B., & Gawer, A. (2021). Digital platforms for development: Foundations and research agenda. *Information Systems Journal*, 31(6), 869–902. <https://doi.org/10.1111/isj.12326>
- Burgess, J., Marwick, A., & Poell, T. (org.). (2017). *The SAGE handbook of social media*. London: Sage. <https://doi.org/10.4135/9781473984066>
- Castells, M. (2015). *Networks of outrage and hope: social movements in the Internet age*. 2nd ed. Cambridge: Polity Press.
- De Reuver, M., Sørensen, C., & Basole, R. C. (2018). The Digital Platform: A Research Agenda. *Journal of Information Technology*, 33(2), 124–135. <https://doi.org/10.1057/s41265-016-0033-3>
- Di Felice, M. (2017). *Net-attivismo*. Roma: Estemporanee.
- Di Felice, M. (2019). *La cittadinanza digitale*. Milano: Meltemi.
- Duffy, B. E. (2016). The romance of work: Gender and aspirational labour in the digital culture industries. *International Journal of Cultural Studies*, 19(4), 441–457. <https://doi.org/10.1177/1367877915572186>
- Ferraz, C. & Melo, A. B. V. (2024). O arco e flecha digital da Rede Wayuri: entrevista com a comunicadora indígena Cláudia Ferraz. Magalhães, M., Medeiros, E., Franco, T., Nascimento, S. (org.) *Relatos de uma (in)certa Amazônia*, p. 186-200. Embu das Artes, Alexa Cultural; Manaus, EDUFAM.
- Fuchs, C. (2017). *Social media: A critical introduction*. London: Sage.
- Gillespie, T. (2017). *The Platform Metaphor, Revisited*. Alexander von Humboldt Institute for Internet and Society (HIIG). <https://www.hiig.de/en/the-platform-metaphor-revisited>.
- Haraway, D. (2016). *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press.
- Haucap, J., & Heimeshoff, U. (2014). Google, Facebook, Amazon, eBay: Is the Internet Driving Competition or Market Monopolization? *International Economics and Economic Policy*, 11(1-2), 49–61. <https://doi.org/10.1007/s10368-013-0247-6>
- Hein, A., Schrieck, M., Riasanow, T., Setzke, D. S., Wiesche, M., Böhm, M., & Krcmar, H. (2020). Digital Platform Ecosystems. *Electron Markets*, 30, 87–98. <https://doi.org/10.1007/s12525-019-00377-4>
- Hui, Y. (2016). *The Question Concerning Technology in China: An Essay in Cosmotechnics*. Falmouth: Urbanomic.
- Hui, Y. (2020). *Tecnodiversidade*. Trad. Umberto do Amaral. São Paulo: Ubu.
- Ingold, T. (2010). *Bringing things back to life: creative entanglements in a world of materials* [NCRM Working Paper 05/10]. National Centre for Research Methods. https://eprints.ncrm.ac.uk/id/eprint/1306/1/0510_creative_entanglements.pdf
- Ingold, T. (2011). *The Perception of the Environment*. London: Routledge.

- José, R. & Guimarães, L. L. (2023). O que não é visto, não é lembrado: a TV e Rádio Quilombo Rampa. Magalhães, M., Medeiros, E., Franco, T., & Nascimento, S. (orgs.) *Relatos de uma (in)certa Amazônia*, p. 225-235. Embu das Artes, Alexa Cultural; Manaus, EDUFAM.
- Jin, D. Y. (2013). The Construction of Platform Imperialism in the Globalization Era. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique*, 11(1), 145–172. <https://doi.org/10.31269/triplec.v11i1.458>
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Langlois, G., Mckelvey, F., Elmer, G., & Werbin, K. (2009). Mapping Commercial Web 2.0 Worlds: Towards a New Critical Ontogenesis. *FibreCulture*, (14). <http://fourteen.fibrejournal.org/fcj-095-mapping-commercial-web-2-0-worlds-towards-a-new-critical-ontogenesis>.
- McIntyre, D. P.; Srinivasan, A. (2017). Networks, Platforms, and Strategy: Emerging Views and Next Steps. *Strategic Management Journal*, 38(1), 141–160. <https://doi.org/10.1002/smj.2596>
- Plantin, J.-C., Lagoze, C., Edwards, P. N., & Sandvig, C. (2018). Infrastructure Studies Meet Platform Studies in the Age of Google and Facebook. *New Media & Society*, 20(1), 293–310. <https://doi.org/10.1177/1461444816661553>
- Poell, T., Nieborg, D., & Van Dijck, J. (2019). Platformisation. *Internet Policy Review*, 8(4) <https://doi.org/10.14763/2019.4.1425>
- Rochet, J.-C., & Tirole, J. (2003). Platform Competition in Two-Sided Markets. *Journal of the European Economic Association*, 1(4), 990–1029. <https://doi.org/10.1162/154247603322493212>
- Simondon, G. (2012) [1958]. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier.
- Silva, T. (2024). Fighting Algorithmic Racism: Reactions, Remediations, and Re-appropriations. Gonçalves, A., Torre, L. & Melo, P. V. (orgs.) *Inteligência Artificial e Algoritmos: Desafios e oportunidades para os media*, p. 135-159. Covilhã, Portugal: Editora LabCom.
- Sousa Santos, B. (2018). Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. In: Meneses M. P., Nunes J. A., Añón C. L., Bonet A. A. & Gomes N. L. (Orgs.) *Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Souto, S. (2021). É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. *Políticas Culturais em Revista*, 14(2), 142–159. <https://doi.org/10.9771/pcr.v14i2.44151>
- Srnicek, N. (2017). *Platform Capitalism*. Cambridge, Reino Unido: Polity.
- Terço, T. (2023). Ativismo digital e rede de redes. Bravin, A. & Medeiros, E. (Orgs.) *Ativismos, Segurança Digital e Narrativas Autônomas*, p. 61-107. Mariana: UFOP.